

ACUSAÇÃO CRIMINAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE

Processo nº: _____

ACUSADOR: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

ACUSADO: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

I – DOS FATOS

No dia ____ de _____ de _____, por volta das ____ horas, no local _____, o acusado acima qualificado praticou o fato criminoso previsto no artigo _____ do Código Penal, conforme descrito a seguir:

II – DA TIPIIFICAÇÃO PENAL

O ato praticado pelo acusado constitui crime previsto no artigo _____ do Código Penal, com as seguintes circunstâncias legais:

III – DAS PROVAS

Para comprovar a materialidade e autoria do crime, o acusador requer a produção das seguintes provas:

- Oitiva de testemunhas: _____
- Provas documentais: _____
- Perícia técnica: _____
- Exames periciais: _____
- Outras provas: _____

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento da presente denúncia;
2. A citação do acusado para responder aos termos da ação penal;
3. A produção de todas as provas necessárias para o esclarecimento dos fatos;
4. Ao final, a condenação do acusado nos termos da legislação vigente;
5. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito;

V – DAS PROVIDÊNCIAS FINAIS

Requer, ainda, que todas as intimações e notificações sejam feitas em nome do advogado abaixo qualificado.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local: _____

Data: _____

Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/acusacao/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.